



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

1 ATA DA TRICENTÉSIMA NONAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DO
2 CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO
3 GROSSO, REALIZADA NO DIA 28 DE MAIO DE 2025.

4 Às treze horas e cinquenta minutos do dia vinte e oito de maio de dois mil e vinte e cinco,
5 realizou-se, excepcionalmente, de modo híbrido, a tricentésima nonagésima sexta sessão
6 ordinária do Conselho Universitário, da Universidade Federal de Mato Grosso. Após
7 convocação prévia, sob a Presidência da Reitora Marluce Aparecida Souza e Silva, a reunião
8 contou com a presença dos conselheiros: Alex Brian dos Santos Coelho, Amailson Sandro
9 Barros, Benedito Rodrigues da Silva Ferraz, Bruno Bernardo de Araújo, Bruno Castro, Carlos
10 Cesar Breda, Carlos Eduardo Silva e Sousa, Carlos Humberto da Silva, Carolina Akie Ochiai
11 Seixas Lima, Cyro Matheus Cometti Favaleasa, Cristóvão Domingos de Almeida, Danilo
12 Ribeiro da Silva, Deborah Giovanna Cantarini, Denilton Carlos Gaio, Eduardo Eustáquio de
13 Souza Figueiredo, Eliane Augusto Ndyae, Eliangela de Lima, Elizabeth Figueiredo de Sá,
14 Elton Brito Ribeiro, Eralci Moreira Terézio, Evandro Luiz Dall'Oglio, Fabrício Barbosa de
15 Carvalho, Giseli Alves Silventi, Guilherme Mateus da Silva, Haya Del Bel, Ilce de Oliveira
16 Campos, João Bosco Pereira de Souza Cajueiro, Joyce Laura da Silva Gonçalves, Joyce Aline
17 de Oliveira, Julieth de Souza, Julian Tacaná, Léia de Souza Oliveira, Leonardo Jesus da Silva,
18 Luciane de Almeida Gomes, Luzia Machado de Melo, Mara Regina Rosa Ribeiro, Marcelino
19 Alves Rosa de Pascoa, Marcelo Natal Borges, Marcio Aqui Hoshiba, Marilda Alves da Silva
20 Santos, Marillin de Castro Cunha Tedesco, Marta Cristina de Jesus Albuquerque Nogueira,
21 Martinho da Costa Araújo, Nádia Alesso Velloso, Nilton Hideki Takagi, Paula Carvalho
22 Rodrigues, Paulino Simão de Barros, Paulo César Venere, Priscila Stella Nogueira Munhoz,
23 Rafaela Teles Arantes Felipe, Ranielle Caroline de Sousa, Reinaldo Gaspar da Mota, Roberto
24 Perillo Barbosa da Silva, Rodrigo Marcos de Jesus, Sandra Jung, Sara Santos de Souza,
25 Tomires Campos Lopes e Wladimir Colman de Azevedo Junior. Iniciando a sessão, a
26 Presidente cumprimentou e agradeceu a participação de todos os conselheiros, tanto os
27 presentes, quanto os de modo remoto. Em **informes**, a Presidente explicou-se que seriam
28 apresentados informes da gestão e demais inscritos, seguida da apreciação da ata anterior,
29 pontos de pauta e inclusões. Nos informes da gestão, destacou-se que, após a liberação do
30 orçamento da União em abril, seriam retomadas as obras licitadas, com prioridade para o
31 Centro de Eventos em frente ao COT. A empresa responsável já estava contratada, com
32 expectativa de conclusão ainda em 2025. Também se iniciou a destinação de recursos de
33 emenda parlamentar, ainda não liberados, para projetos estruturantes. Durante os informes,
34 houve diversos problemas técnicos, especialmente com o áudio. Alguns conselheiros que
35 participavam remotamente relataram que não conseguiam ouvir a presidência nem os demais
36 presentes. Diante das falhas, participantes online questionaram se a reunião havia de fato
37 começado, expressando frustração com a recorrência dos problemas técnicos, o atraso
38 superior a 30 minutos e a dificuldade de participação. Foi apontado que o aparelhamento da
39 sala estava com defeito e havia sido consertado internamente pelos servidores da STI, pois
40 não havia recursos para contratação externa. A reitora pediu compreensão dos conselheiros,
41 lamentando os transtornos e reforçando que a universidade enfrenta limitações orçamentárias
42 sérias. Informou que, apesar disso, a gestão está empenhada em viabilizar as condições
43 mínimas para o funcionamento das reuniões colegiadas. Retomando os informes, a
44 presidência anunciou o início da revitalização do campus, com projeto liderado por docentes
45 das áreas de arquitetura, geografia, engenharia e florestal, envolvendo também avaliação e
46 substituição de árvores adoecidas. Serão priorizadas melhorias em acessibilidade e segurança
47 dos pedestres. Os recursos, oriundos de emenda do Deputado Emanuelzinho, ainda estão
48 sendo definidos. Foi informado ainda que, apesar de significativo investimento em usinas

M

RB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

49 fotovoltaicas, os impactos na economia de energia foram reduzidos, mas ainda insignificantes.
50 A UFMT discute alternativas, inclusive a entrada no mercado livre de energia, mas enfrenta
51 impedimentos legais por já possuir usinas. Está em andamento uma análise técnica em
52 parceria com docentes e especialistas para melhor entender o baixo rendimento das usinas. A
53 gestão também comunicou o recebimento de recurso disponibilizados na Uniselva, viabilizado
54 por articulação com o ministro Carlos Fávaro, suficiente para aquisição de um ônibus, com
55 objetivo de reduzir riscos e custos de aulas de campo. Para o dia 16/06/2025, foi proposta
56 reunião extraordinária conjunta do Consuni e do Consepe, com a presença do presidente da
57 EBSERH, para apresentar o novo perfil assistencial do Hospital Universitário Júlio Müller e
58 discutir a migração para as novas instalações. O planejamento já foi submetido à EBSERH,
59 com orçamento estimado entre R\$ 100 e 120 milhões para viabilizar o pleno funcionamento.
60 Relatou-se também a participação da UFMT em reunião da ANDIFES e a percepção de que s
61 dificuldades orçamentárias enfrentadas são comuns a todas as instituições federais. Após
62 pressão dos reitores, houve reversão parcial dos cortes: serão devolvidos os recursos
63 subtraídos no primeiro semestre, além de R\$ 400 milhões adicionais para universidades e
64 institutos. A medida foi recebida como positiva, embora ainda haja indefinição sobre os
65 repasses individuais. Durante essa fase de informes da reunião, diversos conselheiros se
66 manifestaram sobre atividades, eventos e preocupações institucionais. A primeira inscrita foi a
67 Pró-reitora Luciane de Almeida Gomes, que trouxe informes sobre o novo marco regulatório
68 da Educação à Distância, destacando a unificação dos processos de credenciamento
69 presencial e a distância. Informou também que a comissão de ingresso está ativa e elaborando
70 debate sobre o perfil da universidade e o tipo de estudante a ser acolhido. Destacou a
71 publicação de edital de vagas remanescentes, inclusive em cursos como Medicina, indicando
72 preocupação com as taxas de ingresso. Anunciou proposta de alteração do calendário
73 acadêmico, que está em debate no Consepe. A Pró-reitora Léia de Souza Oliveira relacionou
74 três informes: em relação ao PGD, comunicou que, após constituição de comissão, foi
75 encaminhado ofício circular com orientações e cronograma de análise de processos de
76 repactuação e novas adesões ao programa, a partir de 5 de junho; quanto às progressões de
77 técnicos, foi publicada portaria com progressão por mérito para mais de 300 servidores, com
78 retroativo já na folha de maio. Progressões por aceleração (mais de 900 servidores) serão
79 lançadas na folha de junho. Destacou que o processo é manual e exige paciência, devido à
80 equipe reduzida; em relação às progressões docentes, informou sobre as dificuldades que
81 estão sendo enfrentadas pela falta de orientação nacional e falhas no sistema MGI. Foi
82 solicitado que, docentes que identificarem erros, protocolarem recurso. Uma Reunião com a
83 CPPD e Adufmat está agendada para organizar oficina de esclarecimento sobre as novas
84 regras de progressão. O Conselheiro Elton Brito Ribeiro, do campus de Sinop, solicitou a
85 palavra para apresentar dois informes, um da Pró-Reitoria e outro referente a um documento
86 recebido. Iniciou pelo informe da Pró-Reitoria, considerando a relevância do tema diante da
87 pauta orçamentária a ser discutida, bem como os impactos da tramitação do processo
88 denominado "Final 56" sobre o campus de Sinop. Informou que encaminhou previamente ao
89 Sei do Consuni o documento nº 67969360, contendo esclarecimentos relevantes. Destacou os
90 seguintes pontos: 1) PAC - Cronograma de Providências Administrativas: o cronograma foi
91 disposto no processo SEI nº 23108.046320/2025-11, que trata da descentralização de recursos
92 do PAC, incluindo apontamentos específicos; 2) Solicitação de Ata: foi solicitada a ata do
93 Conselho Diretor referente ao processo nº 23108.030702/2025-56, também relacionado à obra
94 do PAC e à execução de Termos de Execução Descentralizada (TEDs), com menção ao uso
95 de recursos no campus de Sinop por meio do contrato nº 39 ou processo licitatório
96 correspondente. No entanto, destacou que o ofício de mudança de objeto do Ministério da
97 Educação (MEC) não menciona diretamente o campus de Sinop, gerando incertezas e 3)

MH



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

98 Implantação da Unidade de Pesquisa da Fazenda Experimental de Santa Carmem: informou
99 que o projeto se encontra judicializado (processo Final 28) e há uma emenda federal
100 vinculada ao projeto nº 306202. Por orientação da Procuradoria-Geral Federal (PGF), os
101 recursos não foram utilizados na referida fazenda, tampouco houve alteração formal do
102 objeto, em razão da judicialização. Nesse momento, a Presidente questionou se o conselheiro
103 estava solicitando ou oferecendo um informe, ao que ele respondeu tratar-se de um informe.
104 Diante da complexidade e da vinculação com o orçamento da Universidade, a Presidente
105 solicitou que o informe fosse objetivamente esclarecido. O conselheiro reiterou que seu
106 informe consistia na existência de um documento explicativo acerca das obras do PAC e dos
107 projetos executados via Uniselva, no campus de Sinop, afetados diretamente pelas alterações
108 de objeto no processo Final 56. Reforçou que as mudanças têm impactos diretos no
109 orçamento e na rotina da unidade, sendo importante o registro do documento em ata, para fins
110 de instrução também no Conselho Diretor. Reiterou os seguintes dados: processo relacionado:
111 SEI nº 23108.030702/2025-56; Documento com esclarecimentos: SEI nº 67969360. Em
112 seguida, a Presidente indagou se o conselheiro desejaria apresentar seu segundo informe
113 naquele momento, em razão do tempo exíguo e de dificuldades técnicas no início da reunião.
114 O conselheiro confirmou e prosseguiu, destacando que o segundo informe se tratava de um
115 posicionamento conjunto dos coordenadores de pós-graduação e do gerente de Pesquisa e
116 Pós-Graduação do campus de Sinop, documento recebido por ele na manhã da reunião, o qual
117 foi lido na íntegra. Nesta leitura, o Conselheiro Elton Brito apresentou, em nome dos
118 coordenadores de pós-graduação e do gerente de Pesquisa e Pós-Graduação do *campus*,
119 manifestação conjunta, expressando preocupação com o futuro da pesquisa e do ensino de
120 pós-graduação no *campus* de Sinop. O documento destaca que, após mais de uma década de
121 esforços para a estruturação do Centro Integrado de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação
122 Tecnológica, observa-se um processo de desmonte da estrutura existente. Aponta-se a
123 precariedade das instalações, escassez de insumos e reagentes, número reduzido de
124 equipamentos, ausência de equalização de carga horária docente e a falta de investimentos em
125 laboratórios. Em contrapartida, foram priorizadas despesas com logística, eventos e
126 infraestrutura de apoio administrativo. Os signatários questionam se as diretrizes
127 institucionais ainda contemplam a produção científica como prioridade no *campus* de Sinop.
128 A carta também relembra o histórico de produtividade acadêmica da unidade, com mais de
129 600 defesas, 70 docentes atuantes e 150 discentes matriculados, além de patentes e
130 publicações de relevância internacional. Ressalta-se que a ausência de incentivo à pesquisa
131 pode comprometer a geração de conhecimento, desestimular os pesquisadores e enfraquecer a
132 integração da instituição com a comunidade científica, resultando na redução da captação e
133 retenção de talentos, com impactos negativos no desenvolvimento regional. Finaliza,
134 alertando para o risco de desacreditação da UFMT como instituição pública federal de
135 excelência, especialmente em sua missão de promover a produção de conhecimento e a
136 qualificação em elevado nível. Informou ainda que o documento foi assinado por todos os
137 coordenadores de pós-graduação e pelo gerente de Pesquisa e Pós-Graduação do campus de
138 Sinop, conforme consta no processo nº 23108.042955/2025-06. Ao final da leitura, a
139 Presidente agradeceu ao conselheiro pelos informes, recomendando que o conteúdo do
140 segundo documento seja transformado em ponto de pauta para a próxima reunião do Conselho
141 Universitário e informou que, por tratar-se de informe, não seria aberto debate sobre o tema
142 naquele momento. O conselheiro Bruno Bernardo de Araújo solicitou a palavra para
143 apresentar três informes. Iniciou cumprimentando os conselheiros e conselheiras presentes e
144 aqueles que acompanhavam remotamente. Informou que, na semana anterior, o CNPq
145 divulgou o resultado do edital de bolsas de produtividade em pesquisa, e a Universidade
146 Federal de Mato Grosso teve 25 pesquisadores contemplados, alguns dos quais são membros

MF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

147 deste Conselho Universitário. Ressaltou que estas bolsas representam uma das mais
148 importantes distinções na área científica nacional, reconhecendo a liderança e excelência dos
149 pesquisadores. Parabenizou os dirigentes, diretores das unidades que tiveram pesquisadores
150 contemplados, destacando os seguintes números por unidade: FAET (4), FCA (2), ICHS (3),
151 FANUT (1), IF (3), FAVET (3), IGHD (1), FAEM (1), ICET (1), FM (1), IQ (1), FAGEL (1),
152 ICA de Sinop (1), Instituto de Biociências (1) e IL (1). Ressaltou a diversidade de áreas do
153 conhecimento e o impacto positivo dessas bolsas nos indicadores institucionais e na
154 qualificação da pós-graduação da UFMT. Em seguida, apresentou o segundo informe,
155 destacando os dados das chamadas de iniciação científica e tecnológica divulgados pela Pró-
156 Reitoria de Pesquisa. Informou que houve recorde de inscrições no PIBIC, PIBIC-Af e PIBIT,
157 totalizando 1.377 inscrições, sendo 832 em Cuiabá, 320 em Sinop, 154 no Araguaia e 71 em
158 Várzea Grande. Destacou, com satisfação, o crescimento de 93% nas inscrições do campus de
159 Várzea Grande, agradecendo a mobilização da comunidade acadêmica local. Informou ainda
160 que 64% das propostas foram submetidas por docentes que pretendem envolver estudantes
161 iniciantes na pesquisa, o que demonstra a força e o estímulo à pesquisa na graduação e reforça
162 a importância da iniciação científica na estratégia institucional de enfrentamento à evasão,
163 bem como no fortalecimento da pós-graduação. O terceiro informe do conselheiro Bruno
164 referiu-se à instalação, pela Pró-Reitoria de Pesquisa, do Grupo de Trabalho para proposição
165 de estratégias de valorização e permanência de meninas e mulheres na ciência. Informou que
166 a sessão inaugural ocorreu no dia anterior, com participação de docentes, técnicas
167 administrativas e discentes da graduação e pós-graduação, sendo uma atividade simbólica e
168 significativa. Ressaltou que o GT terá prazo determinado para propor políticas concretas de
169 valorização e permanência, em consonância com o compromisso da atual gestão, conforme
170 anunciado no programa de gestão submetido à consulta da comunidade universitária. Em
171 seguida, a conselheira Marilda Alves da Silva Santos solicitou a palavra para apresentar um
172 informe. Comunicou que o programa "Reúse" passou a integrar a estrutura do setor de
173 patrimônio como uma supervisão. Informou que este programa, voltado para os indicadores
174 de economicidade e sustentabilidade, já resultou na reutilização de aproximadamente 800
175 itens em 2025, fortalecendo os indicadores de sustentabilidade exigidos, inclusive, pelo
176 Tribunal de Contas da União (TCU). Ressaltou que o objetivo do informe foi tornar público o
177 reposicionamento e a relevância do programa no contexto institucional. Na sequência, foi
178 dada a palavra ao Amailson Sandro Barros para divulgar alguns informes da Pró-reitoria de
179 Assistência Estudantil (PRAE). Foi divulgado, por ele, o início da Semana de Acolhimento
180 aos novos estudantes da UFMT, com abertura programada para segunda-feira no teatro
181 universitário, às 7h30, incluindo feiras de serviços, atividades culturais, discussões sobre
182 educação ambiental, diversidade, inclusão e boas práticas de convivência, promovidas pelas
183 atléticas e DCE. A programação se estenderá até o dia 09/06/2025, estando toda programação
184 já disponível nas redes sociais das entidades organizadoras e na página da UFMT. A
185 conselheira Haya Del Bel informou sobre a realização do I Simpósio Mato-grossense de
186 Enfrentamento à Morte Materna, coordenado por grupo de pesquisa do Instituto de Saúde
187 Coletiva, com participação de aproximadamente 60 profissionais das áreas de enfermagem e
188 medicina, além de representantes de 80 municípios, secretaria estadual e municipais de saúde,
189 Ministério da Saúde, Ministério Público, Assembleia Legislativa e entidades da sociedade
190 civil. O professor Eralci Moreira Terézio iniciou parabenizando publicamente o professor
191 Bruno pela obtenção da bolsa de produtividade, destacando a importância do feito para a
192 pesquisa na UFMT. Em seguida, apresentou informe acerca do evento realizado no Instituto
193 de Física em 19 de maio, em comemoração ao Dia do Físico, com grande participação
194 estudantil. Posteriormente, leu manifestação crítica sobre a condução administrativa no
195 Instituto de Física, questionando decisões tomadas pela atual direção pró tempore, como a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

196 substituição de coordenadores de curso em momento inoportuno, a convocação de
197 congregação com composição considerada parcial, e a destituição de representantes eleitos.
198 Ressaltou sua atuação pautada na legalidade e na defesa dos princípios democráticos e
199 expressou preocupação com o que considera uma tentativa de consolidação de um projeto
200 rejeitado pela comunidade, apelando para a resistência institucional frente ao que qualificou
201 como retrocessos. A conselheira Luzia Machado de Melo informou sobre o encerramento do
202 processo eleitoral do Sintuf, que resultou na eleição de nova diretoria colegiada para os *campi*
203 da UFMT, a ser empossada em 06 de junho. Agradeceu à reitora pela entrega, junto ao
204 Ministério da Educação, do ofício contendo reivindicações da categoria técnico-
205 administrativa, com destaque para o risco iminente de greve, reiterando a importância da
206 negociação com o governo federal. A Secretária da Secretaria de Assistência à Saúde do
207 Servidor - SASS, por meio de mensagem transmitida pela presidência, informou que a
208 vacinação contra Influenza e COVID-19 será realizada nos dias seguintes 28 e 29/06, das 7h
209 às 11h e das 13h às 17h, com atendimento exclusivo aos servidores, mediante apresentação de
210 documento. Acrescentou-se que a vacinação já ocorreu no campus do Araguaia, e está sendo
211 articulada para o campus de Sinop. O conselheiro Tomires Campos Lopes, da Faculdade de
212 Educação Física, comunicou que a atlética Tormenta sagrou-se campeã nacional dos Jogos
213 Universitários Brasileiros de Atléticas, destacando o orgulho institucional pelo feito.
214 Defendeu a formulação de uma política de esporte universitário na UFMT, mencionando o
215 servidor Erasmo Braz, da PROCEV, como referência técnica para esse processo. Convidou os
216 presentes para o Campeonato Brasileiro Sub-23 de Atletismo, a ser realizado na semana
217 seguinte no COT da UFMT, e agradeceu o apoio da prefeitura do *campus*. Em outro informe,
218 alertou sobre a invasão de espécie vegetal exótica nos arredores do campus, com impactos
219 negativos sobre a vegetação nativa, solicitando apoio técnico das unidades competentes. Por
220 fim, relatou um assalto à mão armada ocorrido no estacionamento das quadras externas,
221 clamando por medidas urgentes de segurança, como vigilância e possível instalação de base
222 policial dentro do campus. Em resposta, a presidência informou que a Pró-Reitoria de
223 Planejamento, em conjunto com a coordenadoria de esporte da PROCEV, já iniciou a
224 construção do projeto de política esportiva institucional, com a inclusão da Faculdade de
225 Educação Física nas discussões. Quanto à questão ambiental, comprometeu-se a encaminhar o
226 informe à equipe responsável pela revitalização do *campus*. Em relação à segurança, reiterou
227 que a UFMT aderiu ao programa Vigia Mais, do Governo do Estado, e que estão sendo
228 contratadas empresas para instalação de câmeras, diante da limitação de pessoal para
229 vigilância. O professor Roberto Pirelo, da FAET, comunicou a atuação da unidade em
230 diversas frentes institucionais, como o projeto de revitalização do campus (com participação
231 de docentes da arquitetura e engenharia civil), e a discussão de sistema de energia solar
232 fotovoltaica junto à reitoria. Informou também a participação de servidor da FAET na
233 comissão sobre o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) relativo ao combate a incêndio e
234 pânico. Destacou o compromisso da FAET com a contribuição efetiva para a universidade e
235 parabenizou os docentes contemplados com bolsas de produtividade, agradecendo o apoio da
236 Propesq. O último inscrito nos informes foi do conselheiro Paulino Simão de Barros, prefeito
237 do campus de Cuiabá, que informou o atendimento, até o dia 28/05/2025, de 146 ordens de
238 serviço (OS) na área elétrica, com instalação de 120 luminárias; 239 OS em refrigeração, e
239 303 OS na área civil e zeladoria, totalizando 85.500 atendimentos nos sete meses de gestão.
240 Relatou as dificuldades enfrentadas devido ao contrato vigente de mão de obra, informou que
241 não será possível prorrogá-lo, e que um novo contrato está sendo elaborado para ser
242 executado em setembro, relacionando tal necessidade com o orçamento da universidade, a ser
243 discutido posteriormente. Após a finalização dos informes, a Presidente em exercício colocou
244 em apreciação a ata da 395ª sessão do Conselho de Universitário, a qual foi aprovada, com



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

245 observação de dois conselheiros que passarão à Secretaria dos Órgãos Colegiados alguns
246 poucos detalhes de correção necessários. Em seguida, a Presidente colocou a pauta em
247 apreciação. Foram incluídos três processos dispõem sobre indicação de discente para
248 recebimento de láurea universitária (23108.020272/2025-90, 23108.028840/2025-09 e
249 23108.031832/2025-31); foram retirados de pauta os processo nº 23108.022923/2024-03, a
250 pedido do relator que informou tê-lo encaminhado para diligência e o nº 23108.019423/2025-
251 67; este último por razão de não ter sido apresentado parecer da relatora. Em relação a esse
252 último processo retirado, a conselheira Giseli Alves Silvente solicitou a possibilidade de ser
253 apreciado em forma de Ad referendum, em razão da proximidade da data de colação de grau
254 do aluno. Além disso, solicitou-se a inversão de pauta, no intuito de que o sexto ponto
255 (processo nº 23108.027740/2025-57) passasse a ser o primeiro assunto a ser apreciado, uma
256 vez que se trata de relato de vista; o conselheiro Eralci Moreira Terézio solicitou inclusão de
257 pauta do processo nº 23108.096794/2024-81, com a justificativa de ter apresentado recurso no
258 prazo adequado em prol da solicitação de reconsideração da Decisão Consuni nº 06/2025, que
259 decidiu pela não homologação do resultado do processo eleitoral do Instituto de Física,
260 ocorrida na reunião de 30/04/2025, alegando que a gestão nomeou um diretor Pró tempore
261 ainda no prazo de apresentarem o recurso. Diante desse pedido, a Presidente decidiu colocar
262 em votação para decidirem juntos se acataria ou não a inclusão do ponto de pauta, na reunião
263 corrente, apresentado pelo conselheiro Terézio. Como resultado da votação, foram 19 votos
264 favoráveis, 27 contrários e duas abstenções. Sem mais solicitações, aprovou-se a pauta, com
265 as retirada, inclusões e inversão pretendidas. Iniciando a ordem do dia, passou-se a palavra à
266 conselheira Ilce de Oliveira Campos, relatora de vista do processo **23108.027740/2025-57**,
267 requerente –Proplan, que dispõe sobre o Caderno de Orçamento para o exercício de 2025. A
268 relatora iniciou seu relato lamentando a insuficiência do orçamento das universidades e
269 institutos federais, o que demanda vigilância e mobilização contínuas. Em seguida, passou à
270 análise da proposta orçamentária da UFMT para 2025, apresentada pela gestão superior por
271 meio do caderno orçamentário. Destacou que, ao contrário dos anos anteriores, a proposta não
272 foi elaborada pela comissão mista por representantes do Consuni e Consepe, prática
273 consolidada na instituição, sendo construída exclusivamente pela Pró-Reitoria de
274 Planejamento (Proplan) e a Reitoria, sem consulta prévia às unidades acadêmicas e
275 administrativas. Considerou improcedente a justificativa de que a transição de gestão teria
276 inviabilizado a criação da comissão, argumentando que houve tempo hábil desde a posse da
277 nova administração em outubro de 2024 até a tramitação do processo em abril de 2025.
278 Assim, a conselheira afirmou que a proposta resulta de decisão unilateral da atual gestão, que
279 preferiu evitar o debate democrático. Ressaltou que a construção coletiva, por meio de
280 comissão mista, assegura maior legitimidade, representatividade e alinhamento com as reais
281 necessidades da comunidade universitária, ao passo que a simples apresentação de uma
282 proposta consolidada para validação pelo conselho esvazia seu papel deliberativo, reduzindo
283 sua atuação a uma validação quase cartorária de decisões previamente tomadas por um grupo
284 restrito. Complementou que tal prática compromete a transparência, fragiliza a
285 corresponsabilidade institucional e pode gerar distanciamento e desconfiança, por parte da
286 Comunidade Acadêmica, em relação aos processos de planejamento e alocação de recursos.
287 Denunciou o receio de membros em se manifestar, mencionando que recebeu pedidos para
288 solicitar vistas ao processo por parte de conselheiros temerosos. Apontou que a proposta
289 orçamentária de 2025 tem como base o caderno de 2024, elaborado por comissão mista, mas
290 que a nova proposta apresenta fragilidades. Embora haja aumento nominal em relação a 2024,
291 esse não compensa as perdas inflacionárias. Apontou também que os recursos para
292 investimentos seguem escassos, sendo dependentes de emendas parlamentares ou do
293 Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. Em relação a itens específicos, destacou que

MF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

294 o Projeto “Estudantes da UFMT – ações para redução da evasão- EUARE” teve previsão de
295 R\$ 1.166.900, sendo questionável o elevado valor pela ausência de utilização de estudos e
296 dados já existentes na universidade. Apontou possível sobreposição com pesquisas e
297 diagnósticos previamente realizados por técnicos e pesquisadores da instituição, que não
298 teriam sido consultados. Em corroboração ao argumento, elencou diversos links com vários
299 relatórios e estudos publicados na UFMT, relacionados à Permanência e Evasão, além de
300 painéis com dados e indicadores relacionados à demanda. Levantou dúvidas quanto à escolha
301 da coordenação do projeto e à ausência de processo seletivo para bolsistas, além da
302 discrepância no valor das bolsas em relação àquelas regularmente praticadas na UFMT.
303 mencionou ainda coincidências de datas entre a exoneração de cargo comissionado e o início
304 do recebimento de bolsa por parte da coordenadora do projeto, fato que, embora possa ser
305 fortuito, suscita questionamentos. Criticou o uso da Fundação Uniselva como intermediária na
306 execução do projeto com recursos próprios da universidade, o que, segundo ela, contraria o
307 disposto na Lei nº 8.958/1994. Ressaltou que a aprovação da proposta como está implicaria
308 em chancela do conselho e corresponsabilização pelas decisões ali contidas. Apontou ainda a
309 ausência de previsão de recursos para alimentação dos internos do Hospital Júlio Müller,
310 contemplados somente no orçamento de 2024. Destacou a redução no orçamento do Núcleo
311 de Acessibilidade e Inclusão (NAI), o que pode comprometer a contratação de intérpretes de
312 Libras. Questionou também a ausência de previsão para realização de visitas para LTCATs e
313 perícias no interior, anteriormente incluídas. Criticou a falta de transparência na destinação de
314 recursos de investimento e pleiteou a correção de distorções na distribuição orçamentária,
315 especialmente no que se refere ao *campus* de Várzea Grande, solicitando alterações nos
316 quadros e tabelas do caderno orçamentário para contemplar adequadamente os *campi* do
317 interior. Apontou a omissão de unidades acadêmicas criadas em 2024 nos quadros do caderno,
318 indagando se os recursos estão alocados em reservas. Ressaltou a ausência de definição sobre
319 prioridades no uso de eventuais economias contratuais ou liberações orçamentárias, o que
320 pode prejudicar os *campi*. Questionou a inexistência de critérios claros para distribuição de
321 recursos condicionados à arrecadação própria e para futuros cortes ou suplementações,
322 sugerindo a adoção de metodologia semelhante à de 2024, quando foram estabelecidos
323 critérios de rateio orçamentário preventivamente. A relatora considerou também que, diante
324 da vigência do Decreto nº 12.448/2025, que restringe o uso de recursos discricionários, torna-
325 se essencial estabelecer prioridades entre projetos e contratos, destacando a necessidade de
326 clareza e responsabilidade na tomada de decisões orçamentárias por parte da instituição. Ao
327 finalizar sua fala, justificou seu voto de parecer contrário à aprovação dessa peça
328 orçamentária nos termos que se apresenta. Assim, reforçou que, nas condições atuais, não é
329 possível emitir parecer favorável à proposta orçamentária sem comprometer os princípios de
330 transparência, responsabilidade e participação que devem nortear a atuação deste Conselho.
331 DE acordo com a relatora a omissão de esclarecimentos sobre pontos relevantes, como a
332 viabilidade da cobertura de demandas sensíveis, a lógica da distribuição de recursos e a
333 coerência das alocações, inviabiliza a aprovação do Caderno Orçamentário proposto no
334 exercício de um voto responsável e fundamentado. Na sequência, antes de iniciar o debate, a
335 Presidente convidou a Sandra Jung para apresentar rapidamente o que é o projeto EUARE, já
336 que a discussão se pautou muito sobre o projeto. Sandra Jung, representando a Pró-Reitoria de
337 Cultura, Extensão e Vivência da UFMT e participante do projeto, manifestou-se em defesa do
338 caderno orçamentário de 2025. Ressaltou que sua fala é pessoal e independente, ainda que
339 comunicada previamente à titular da Pró-reitoria. Destacou os desafios estruturais enfrentados
340 pela atual gestão desde outubro de 2024, incluindo escassez de recursos financeiros,
341 fragilidades administrativas e deficiências físicas e de pessoal. Argumentou que o parecer
342 orçamentário apresentado deve ser compreendido dentro do contexto de transição



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

343 institucional e reconstrução, sem emitir juízo sobre gestões anteriores, mas reconhecendo
344 práticas passadas que contribuíram para a desarticulação administrativa, como a execução de
345 recursos sem apreciação colegiada e uso de fontes extraordinárias sem formalização
346 orçamentária. Ela relatou que os grupos de trabalho de transição identificaram ações
347 realizadas sem prévia deliberação institucional, inclusive com uso de emendas parlamentares
348 e recursos discricionários não pactuados coletivamente. Defendeu que a crítica técnica é
349 legítima, mas precisa ser contextualizada no processo de reorganização em curso e no
350 compromisso com uma governança universitária transparente. Sobre as críticas à ausência de
351 uma comissão mista com Consepe e Consuni, à centralização de decisões e ao alegado déficit
352 de diálogo, explicou que a proposta foi elaborada durante um processo de transição com
353 fluxos ainda em reestruturação. Embora o modelo da comissão mista não tenha sido adotado,
354 houve escuta com pró-reitorias e unidades acadêmicas, com base em dados históricos e
355 demandas encaminhadas à Proplan. A proposta, segundo ela, foi construída a partir do
356 orçamento anterior e prevê execução legal e transparente. Destacou a inclusão do projeto
357 "Estudantes da UFMT – ações de redução de evasão" como uma iniciativa estratégica da
358 gestão superior, motivada pela evasão de mais de 10 mil estudantes entre 2020 e 2024, o que
359 representa perda estimada de R\$ 377 milhões em repasses governamentais. O projeto foi
360 aprovado pelas Pró-reitorias de Ensino, Assistência Estudantil e Pesquisa, e integra o Plano de
361 Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024–2028. Visa realizar entrevistas qualitativas com
362 estudantes evadidos, articulando diagnóstico técnico e escuta dos sujeitos para propor
363 medidas institucionais eficazes. Reforçou que o projeto está sendo executado por equipe
364 técnica, coordenada pela professora Jeruza, com participação de estudantes, técnicos e
365 docentes, dentro da legalidade e com apoio da Fundação Uniselva. As bolsas e atividades
366 seguem plano de trabalho aprovado e circulam informações não condizentes com esse plano.
367 Afirmou que o projeto não concorre com os painéis da Proplan ou Proeg, mas os toma como
368 base para aprofundar a análise da evasão, propondo novas abordagens metodológicas e
369 encaminhamentos. Sandra concluiu destacando que o projeto reafirma o compromisso da
370 gestão com a permanência estudantil e a construção de uma universidade pública inclusiva,
371 como previsto na Constituição, LDB, PNE e no próprio PDI da UFMT. Alertou para os riscos
372 da não aprovação do orçamento, que podem comprometer contratos essenciais e o pagamento
373 de salários. Por fim, defendeu que a proposta orçamentária reflete o compromisso com uma
374 gestão democrática e institucionalmente fortalecida, reafirmando o papel público dos
375 servidores na construção coletiva da universidade. Antes de passar a palavra à primeira
376 inscrita, a Presidente convidou os membros do Projeto EUARE, presentes na sessão, a se
377 levantarem, a fim de serem reconhecidos pelo plenário, e afirmou que posteriormente
378 solicitaria a concessão de direito à voz aos estudantes que desejassem se manifestar. Aberto o
379 momento de inscrições para o debate acerca do Caderno Orçamentário de 2025, a primeira
380 inscrita a fazer uso da palavra foi a conselheira Luciane de Almeida Gomes, que iniciou sua
381 manifestação, assumindo também sua posição como Pró-reitora de Ensino de Graduação,
382 lamentando profundamente que um projeto considerado tão bonito precisasse ser defendido de
383 forma tão apaixonada, como o fizera anteriormente a professora Sandra Jung. Observou que,
384 embora não tenha integrado o Conselho Universitário anteriormente, acompanhava suas
385 reuniões, e não se recorda de já ter presenciado discussões sobre o mérito de projetos
386 executados por meio da Uniselva, tampouco questionamentos sobre valores de bolsas ou
387 sobre a atuação de coordenadores, como ocorrido no presente caso, o que lhe causa
388 estranhamento. Ao se posicionar contrária ao pedido de vista, apontou que o parecer
389 apresentado contém diversas inconsistências, inclusive de linguagem. Destacou, como
390 exemplo, que no segundo parágrafo a relatora afirma que a peça orçamentária contraria tudo o
391 que foi praticado nos últimos anos, ao passo que no décimo sétimo parágrafo reconhece que o

MF [assinatura]



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

392 orçamento seguiu a mesma lógica do caderno orçamentário de 2024, o que considera
393 contraditório. Questionou se houve ou não mudança na lógica orçamentária e ressaltou que a
394 atual gestão já havia esclarecido a impossibilidade de convocação para elaboração de nova
395 proposta e a opção por manter os parâmetros anteriormente construídos, argumento que
396 inclusive está reafirmado no próprio parecer. Ao abordar a temática da evasão, justificou que
397 solicitou a palavra também para fazer um relato da realidade da graduação na UFMT,
398 afirmando que tem denunciado reiteradamente a ausência de dados estruturantes que
399 permitam uma gestão eficaz das políticas de ensino. Nesse sentido, relatou que precisou
400 acionar a Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) para ter acesso a dados
401 atualizados de ocupação dos cursos, a fim de preparar sua fala. Destacou que os documentos
402 apresentados no parecer não têm base em estudos analíticos atuais, sendo compostos por
403 estatísticas gerais, como as taxas de sucesso e evasão, extraídas de sistemas que compõem a
404 base da Proplan e que são consolidadas a partir de dados secundários, oriundos de outras
405 instituições como o MEC. Reconheceu o importante trabalho da Proplan, mas reforçou a
406 necessidade urgente de aprimoramento na obtenção e interpretação dos dados, especialmente
407 para construção de estratégias efetivas de enfrentamento à evasão. Ressaltou ainda que a
408 única atividade institucional voltada a esse tema foi realizada em 2024, durante um fórum
409 promovido pela atual gestão, ocasião em que o Projeto EUARE foi apresentado à comunidade
410 universitária, tendo sido bem recebido. Destacou que a ausência de dados atualizados e
411 análises qualitativas impede a compreensão sobre quem são os estudantes evadidos, onde
412 estão e como elaborar ações de permanência. Reiterou que é integrante do projeto e acredita
413 ser ele fundamental para a universidade. Argumentou que discutir orçamento sem
414 compreender a lógica da matriz TAEG — principal base de cálculo dos recursos
415 discricionários das universidades — revela imaturidade institucional. Explicou que essa
416 matriz considera, entre outros aspectos, dados de matrícula e permanência nos cursos
417 consolidados, e taxas de conclusão, sendo, portanto, fundamental refletir sobre o impacto da
418 evasão sobre o orçamento institucional. Manifestou preocupação com a menção no parecer à
419 suposta redução de recursos do NAI, esclarecendo que o Núcleo deixou de existir enquanto tal
420 e foi transformado em coordenação, incorporando não apenas a pauta da acessibilidade, mas
421 também a saúde mental de estudantes, professores e técnicos, e que tais ações, ao contrário de
422 uma redução, representam uma ampliação do escopo de atuação da universidade. Finalizou
423 destacando que o conjunto de apontamentos do parecer, em sua avaliação, configura mais
424 uma manifestação de oposição política à atual gestão do que uma crítica técnica ao caderno
425 orçamentário, com reivindicações específicas voltadas ao *campus* de Várzea Grande, o que
426 não justificaria sua aprovação. Por fim, recomendou a rejeição do pedido de vista e a
427 aprovação do caderno orçamentário, por considerar sua adoção essencial neste momento para
428 a UFMT. O Conselheiro Bruno Bernardo de Araújo iniciou sua manifestação, agradecendo à
429 presidência e saudando os demais conselheiros e conselheiras. Em seguida, declarou, com o
430 devido respeito à autora do voto vista, que este documento, a seu ver, extrapola os limites de
431 um voto técnico e se apresenta como uma peça de acusações com implicações institucionais
432 graves. Ressaltou que o conteúdo do voto mais se assemelha a uma diligência inconclusa,
433 uma vez que formula diversas perguntas que não foram previamente encaminhadas para
434 esclarecimento, o que, segundo ele, compromete a completude do parecer. Bruno destacou
435 que, apesar das discordâncias legítimas quanto a aspectos do caderno orçamentário, o voto
436 vista propõe, de maneira direta, a rejeição integral do orçamento de 2025 da Universidade
437 Federal de Mato Grosso, o que considerou um encaminhamento de elevado grau de
438 irresponsabilidade institucional. Enfatizou que cabe ao Conselho Universitário, composto por
439 gestores, a responsabilidade de aprovar o orçamento, ainda que com alterações, e alertou para
440 o cenário de instabilidade que se criaria caso o orçamento fosse rejeitado, prejudicando o

MF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

441 funcionamento da universidade como um todo. Prosseguindo, fez um desagravo ao Conselho,
442 refutando qualquer insinuação de que conselheiros estariam acuados ou constrangidos no
443 exercício de suas funções. Considerou tal sugestão como grave e sem fundamento, reiterando
444 a liberdade dos membros do colegiado para apresentarem suas posições de forma democrática
445 e republicana. Também se posicionou contra as insinuações de uso indevido da Fundação
446 Uniselva e de supostas irregularidades em projetos vinculados a ela, advertindo que esse tipo
447 de narrativa enfraquece a confiança nas instituições públicas e pode reforçar discursos
448 contrários à ciência e ao conhecimento. Bruno afirmou que o que está em pauta é a aprovação
449 ou não da peça orçamentária de 2025, reconhecendo que não houve comissão mista, como
450 admitido pela própria reitoria, mas que isso não configura omissão, tampouco justifica a
451 rejeição integral do orçamento. Reiterou que a peça apresentada pela Proplan segue, em
452 grande medida, os moldes do orçamento anterior e parabenizou a equipe técnica da Pró-
453 Reitoria de Planejamento pelo trabalho realizado, destacando a presença da professora Marta
454 e da coordenadora Ana Paula, que responderam de forma técnica às dúvidas apresentadas.
455 Encerrou seu posicionamento reafirmando a necessidade de o conselho exercer sua
456 responsabilidade institucional, rejeitando o voto vista e aprovando o caderno orçamentário de
457 2025. Reforçou que o mérito de projetos específicos, como o apresentado anteriormente, não
458 é tradicionalmente debatido pelo Consuni e que, caso haja questionamentos quanto à
459 composição ou à forma de execução desses projetos, esses devem ser tratados pelos meios
460 competentes e não devem embasar a rejeição de toda a peça orçamentária. A Presidente do
461 Consuni e Reitora da UFMT, Marluce Aparecida Souza e Silva, iniciou sua manifestação,
462 destacando que integrou a comissão mista de orçamento como conselheira eleita e que, a
463 partir de agora, todas as comissões mistas de orçamento serão aprovadas até julho, permitindo
464 um planejamento mais eficaz com pró-reitores e diretores, articulado com a base parlamentar
465 e em sintonia com os prazos do Congresso Nacional. Ressaltou que a atual gestão assumiu
466 compromissos institucionais com a UFMT, independentemente de vínculos com grupos
467 políticos, e rechaçou pareceres que desqualificam a reitoria, a coordenação de curso, a evasão
468 estudantil e os próprios estudantes envolvidos no projeto em pauta. Relatou sua experiência
469 no Consepe e no Consuni, afirmando que nunca houve interferência na composição de
470 projetos de pesquisa ou extensão como tem sido sugerido, o que revela posturas de oposição
471 sistemática e ironia por parte de quem não deseja construir a universidade. Apresentou dados
472 referentes à constituição das comissões mistas de orçamento nos anos anteriores, mostrando
473 que o processo historicamente ocorre de forma tardia, inclusive durante a gestão anterior,
474 sendo que em 2023 a comissão referente à LOA de 2024 foi constituída apenas em 1º de
475 setembro. Reconheceu que o atual Conselho também tem responsabilidade nesse atraso, pois
476 não demandou a constituição da comissão em tempo hábil. Informou que, em razão disso, o
477 caderno orçamentário foi encaminhado sem a formação prévia da comissão, por exigência de
478 prazos. Rebateu a acusação de que isso se trata de mera narrativa, enfatizando que se trata de
479 prática institucional, conhecida por todos os membros experientes da universidade. Defendeu
480 o projeto em pauta como sendo um projeto de pesquisa legítimo, cuja coordenação foi
481 definida pela gestão com base no perfil e formação da docente selecionada, uma professora
482 doutora concursada em Sociologia. Questionou o porquê de se tentar desqualificar a
483 coordenadora do projeto apenas por oposição à administração, lembrando que os demais
484 conselheiros nunca foram questionados quanto às escolhas de coordenação em seus
485 respectivos projetos. Alertou que há projetos de pesquisa e extensão na universidade que têm
486 modificado o objeto das emendas parlamentares, mencionando casos em que 50% dos
487 recursos foram consumidos sem nenhuma etapa realizada. Diante disso, propôs que o
488 Conselho passe a analisar todos os projetos da universidade e anunciou sua intenção de iniciar
489 pelo projeto questionado, como forma de transparência. Reafirmou que a atual gestão tem

M4



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

490 força e resistência para seguir conduzindo a universidade, mas que não aceitará ser acusada
491 cotidianamente por decisões que não tomou. Destacou que a peça orçamentária em discussão
492 foi elaborada com a mesma equipe do ano anterior, com a única alteração de
493 redirecionamento de pequenos recursos para manutenção da universidade, que passou anos
494 sem itens básicos, como vidraças ou materiais de limpeza, tendo em alguns momentos
495 recorrido a vaquinhas para viabilizar o retorno presencial. Criticou o rigor seletivo da relatoria
496 ao questionar a atual gestão, mas não ter se manifestado quando a gestão anterior adquiriu
497 máquinas de café a R\$ 5 mil cada. Disse não aceitar acusações infundadas após apenas seis
498 meses de gestão e reiterou sua trajetória acadêmica, mencionando a defesa próxima de sua
499 progressão para titular e convidando os presentes para assistir à apresentação de seu
500 memorial. Encerrou repudiando a desqualificação de coordenadores de projetos e
501 esclarecendo que a Fundação Uniselva não tem sido utilizada para fins escusos, como foi
502 insinuado. Informou que solicitou um relatório completo com notas fiscais detalhadas das
503 despesas realizadas pela fundação, o qual será compartilhado com o Conselho para que todos
504 compreendam como os recursos têm sido efetivamente consumidos. Finalizou conclamando
505 os conselheiros a terem responsabilidade institucional e aprovarem a proposta orçamentária
506 para que a universidade possa efetivamente iniciar seus trabalhos, frisando que os recursos
507 ainda não chegaram e que o atraso compromete a execução. Defendeu que a posse da nova
508 gestão ocorra em data mais compatível com o planejamento orçamentário, considerando o
509 pouco tempo entre a entrada em outubro e o fechamento do exercício em dezembro. A
510 conselheira Priscila Stella Nogueira Munhoz, representante discente da pós-graduação, iniciou
511 sua manifestação, expressando emoção diante de um e-mail recebido durante a sessão e, em
512 consonância com as falas anteriores, afirmou que a discussão extrapolou os limites do
513 orçamento. Criticou o parecer de vista apresentado, por considerar temerário recomendar a
514 reprovação da peça orçamentária diante de dúvidas que, segundo ela, poderiam ser sanadas
515 com os devidos esclarecimentos em plenário. Relatou que já vinha externando preocupações
516 relativas à pós-graduação e, por isso, preparou-se para apresentar um pedido de diligência
517 com base no artigo 25 do regimento, ou, em caso de indeferimento, faria um pedido de vista
518 sem cargas, de forma a possibilitar os esclarecimentos necessários. Relatou ter tomado
519 conhecimento do Projeto EUARE durante o Fórum da Graduação, do qual participou também
520 na condição de estudante da graduação, e que, ao buscar ingresso como voluntária, não teve a
521 participação autorizada. Declarou estranhamento diante da previsão de R\$ 360.000,00
522 alocados para o projeto no orçamento e afirmou não ter encontrado, após consulta à
523 coordenação do projeto e à palestrante da Proplan, que apresentou dados sobre evasão,
524 qualquer pesquisa envolvendo especificamente estudantes da pós-graduação. Reforçou, nesse
525 sentido, a ausência de estudos voltados à evasão nessa categoria discente, o que, segundo ela,
526 acentua a exclusão da pós-graduação das políticas institucionais. Questionou também a
527 ausência de previsão orçamentária para alimentação dos internos do hospital universitário, o
528 que afeta diretamente os residentes da área médica e multiprofissional, cuja carga horária de
529 60 horas semanais já configura uma situação crítica. Apontou preocupação com eventuais
530 cortes no setor de acessibilidade, notadamente nos serviços anteriormente prestados pelo
531 antigo NAI, atual CASME, destacando que as ações na PRAE não contemplam estudantes da
532 pós-graduação, dada sua classificação como categoria secundária no plano nacional.
533 Registrou, com indignação, o recebimento de um despacho da Pró-Reitoria de Pós-
534 Graduação, questionando a legitimidade da indicação de representantes discentes aos
535 conselhos superiores pela associação estudantil que representa, exigindo ata assinada da
536 assembleia que deliberou a escolha. Ressaltou que tal exigência jamais fora feita a outras
537 entidades, como a Adufmat, o Sintuf ou o DCE, e avaliou que se trata de uma tentativa de
538 retaliação pelo posicionamento crítico da entidade. Considerou inadmissível a deslegitimação

MH RB



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

539 da associação pela PROPG e afirmou que decisões nunca são tomadas de forma unilateral,
540 sendo precedidas de assembleias. Concluiu, reiterando o pedido para que o Conselho permita
541 os devidos esclarecimentos, tanto por parte da coordenação do Projeto EUARE, no que se
542 refere especificamente à pós-graduação, quanto pela Proplan quanto aos demais pontos do
543 parecer de vista. Caso não seja possível, reiterou seu pedido formal de diligência, ou, em
544 alternativa, de vista sem carga, conforme lhe faculta o regimento. Na sequência da reunião,
545 foi formulada uma questão de ordem pelo conselheiro Bruno Bernardo, com base no artigo 20
546 do Regimento Interno, que estabelece o tempo regimental das reuniões em quatro horas.
547 Considerando que a sessão se iniciou às 13h30, o tempo limite seria 17h30. No entanto,
548 invocando o artigo 23 do mesmo regimento, o conselheiro destacou que a presidência do
549 Conselho pode propor ao plenário a prorrogação da reunião, mediante aprovação por maioria
550 simples, e sugeriu, diante da importância da pauta, uma prorrogação de até duas horas. Em
551 seguida, o conselheiro professor Carlos Eduardo Silva e Sousa reconheceu a relevância da
552 proposição, mas ponderou que a lista de inscritos ainda era extensa e que os tempos de fala
553 não estavam sendo controlados conforme o regimento, o que, embora compreensível diante da
554 sensibilidade do tema, comprometia a objetividade e o andamento da pauta. Diante disso,
555 sugeriu como alternativa a convocação de uma reunião extraordinária para continuidade da
556 discussão em outra data ainda na mesma semana, o que, em sua avaliação, garantiria melhores
557 condições de debate e deliberação, tendo em vista também o cansaço já acumulado. A
558 presidente do Conselho agradeceu as manifestações e propôs uma terceira alternativa,
559 intermediária: a prorrogação da reunião por apenas mais uma hora, com o objetivo específico
560 de concluir o primeiro ponto da pauta, referente ao caderno orçamentário de 2025. Reforçou o
561 pedido para que as manifestações seguintes se ativessem ao ponto em deliberação, a fim de
562 viabilizar a conclusão dos encaminhamentos administrativos ainda no mesmo dia.
563 Consultado, o professor Bruno concordou em deixar à presidência a prerrogativa de submeter
564 ou não a proposta ao plenário, conforme determina o regimento. O professor Carlos Eduardo
565 confirmou a manutenção de sua proposta de encerramento da reunião na data, com
566 convocação de extraordinária, reiterando a importância do tema e a necessidade de melhores
567 condições de análise, frente ao número significativo de inscritos ainda não ouvidos. A
568 presidência, por fim, confirmou que submeteria ao plenário sua própria proposta, de
569 prorrogação por uma hora, com encerramento da reunião após esse período. Esclareceu ainda
570 que, caso o tempo remanescente não fosse suficiente, seria convocada nova reunião em data e
571 horário a serem definidos. Submetida a proposta à votação, registraram-se os seguintes
572 resultados: 28 votos favoráveis, 28 votos contrários e 1 abstenção. Assim, foi aprovada a
573 proposta da presidência de prorrogar a reunião por mais uma hora, exclusivamente para
574 deliberação sobre o primeiro ponto de pauta. Em seguida, passou-se à continuidade das
575 discussões. Dando continuidade à reunião, a conselheira Marilda Alves da Silva Santos fez
576 uso da palavra, ressaltando, enquanto Pró-Reitora de Administração, a importância da
577 aprovação do caderno orçamentário institucional. Enfatizou que a não aprovação do
578 orçamento ou qualquer ação que venha a mitigar sua execução representa um ato de
579 irresponsabilidade institucional. Destacou a necessidade de uma administração coesa e
580 democrática, pautada no cuidado com a universidade de forma clara e dialogada, conforme a
581 proposta da atual gestão. Em seguida, fez uso da palavra o conselheiro Evandro Luiz
582 Dall'Oglío, que lamentou o rumo tomado pela reunião, entendendo que a disputa não seria
583 benéfica para a instituição. Manifestou compreensão às falas de conselheiros que afirmaram
584 que a eleição terminou e que todos são parte da UFMT. Contudo, criticou a falta de
585 transparência no processo de elaboração da peça orçamentária, apontando que as unidades
586 acadêmicas não foram ouvidas, nem mesmo com um prazo mínimo para manifestação.
587 Relatou sua experiência como primeiro eleito para a comissão mista orçamentária em 2020,

MF



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

588 destacando que esta fora criada com o intuito de construir um orçamento participativo e
589 transparente. Reconheceu a promessa da reitora de retomar esse modelo nos próximos anos,
590 mas considerou que, no momento, aprovar uma peça sem critérios claros seria um problema.
591 Como exemplo, mencionou demandas do Instituto de Química, como a central de gases, cujas
592 aulas práticas estão suspensas há três anos, e das centrais analíticas multiusuárias,
593 questionando se tais necessidades foram contempladas. Propôs que fosse considerada a
594 possibilidade de adiar a votação e realizar uma reunião extraordinária com esclarecimentos e
595 abertura à participação das unidades. Considerou a não discussão nas unidades um retrocesso
596 à política da UFMT, registrando sua opinião de que, apesar das justificativas da gestão, faltou
597 debate e inclusão nesse processo. A seguir, o conselheiro Elton Brito Ribeiro fez uso da
598 palavra, pontuando questões que considerava relevantes no orçamento. Informou que há
599 garantia de recomposição orçamentária, anunciada por representantes da ANDIFES junto ao
600 Governo Federal. Mencionou preocupação quanto à falta de regramento sobre o uso da
601 suplementação e a realocação de recursos provenientes de economias ou mudanças
602 contratuais, defendendo que tais diretrizes deveriam estar contempladas no caderno
603 orçamentário. Citou, ainda, como exemplo, as alterações nos pagamentos de contratos em
604 duodécimos, que causaram problemas e cuja correção já se encontra tardia, pois o ano já se
605 encontra em curso. Concluiu, reforçando a importância de incorporar essas questões ao
606 orçamento e de tratar os aspectos relevantes que foram ofuscados pela centralidade do debate
607 sobre o projeto de extensão. Em resposta, a presidência esclareceu que a coordenadora do
608 projeto Ana Paula (Proplan) traria os esclarecimentos necessários. Ana Paula explicou que,
609 em caso de suplementação, poderá ser utilizada a deliberação previamente estabelecida no
610 caderno anterior quanto às prioridades orçamentárias. Reforçou que a suplementação pode vir
611 fracionada por ações, como no caso do PNAES e da ação 20RK, cabendo ao conselho
612 deliberar, por exemplo, se os recursos suplementares serão destinados a contratos ou
613 distribuídos pela matriz da UFMT aos *campi*. Informou que, embora a suplementação tenha
614 sido anunciada, ainda não se conhece o valor exato que será recebido pela UFMT. Ressaltou
615 que o orçamento aprovado obedecerá aos mesmos critérios do ano anterior e que as
616 discussões para o próximo orçamento ocorrerão na semana de planejamento em Sinop,
617 contemplando a construção participativa do planejamento para 2026, especialmente em
618 relação à autonomia dos *campi* e a aplicação de recursos conforme a matriz da ANDIFES. Em
619 seguida, houve manifestação da conselheira Priscila Stella, que recordou ter feito, em sua
620 inscrição anterior, pedidos de esclarecimentos que não foram respondidos, inclusive sobre
621 aspectos do orçamento, solicitando que, se não houvesse esclarecimentos, fossem
622 considerados como diligência ou voto de vista. Na sequência, o professor Carlos Cesar Breda
623 tentou iniciar sua fala, mas foi interrompido por nova questão de ordem do professor Elton
624 Brito, que pediu esclarecimento quanto às economias contratuais. Perguntou se haveria um
625 segundo momento para ajustes orçamentários referentes aos contratos que apresentassem
626 economias. A presidência indicou que a coordenadora Ana Paula responderia em sua próxima
627 fala, esclarecendo também essa dúvida. A coordenadora Ana Paula então reiterou que o
628 orçamento de 2025 será discutido em planejamento e que o de 2024 segue os mesmos
629 critérios do anterior. Informou que, com relação às economias nos contratos ao longo do ano,
630 ainda será discutido como ocorrerá a redistribuição, questão que será abordada durante a fase
631 de planejamento, com vistas à construção da peça orçamentária para 2026. Dando
632 continuidade à reunião, passou-se a palavra ao conselheiro Carlos César Breda, que iniciou
633 saudando os presentes e destacando seu reconhecimento ao trabalho da conselheira de vista
634 Ilce de Oliveira Campos, parabenizando-a tanto pelo conteúdo de seu voto quanto pela
635 coragem de abordar questões delicadas e pertinentes constantes no relatório. Ressaltou que a
636 conselheira formulou doze questionamentos importantes em seu parecer e que, ao seu ver, o



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

637 foco das falas se concentrou excessivamente no projeto em si, sem considerar que a relatora
638 não fez críticas ao mérito do objeto do projeto, mas sim questionou a destinação de vultosa
639 quantia de recursos, especialmente para pagamento de bolsas a servidores e estudantes.
640 Observou que, em sua experiência, não recorda de outro projeto com orçamento tão elevado
641 para esse fim. Prosseguindo, afirmou que a necessidade de estudos aprofundados sobre o tema
642 do projeto está clara e é inquestionável, mas o ponto de maior atenção deve recair sobre a
643 gestão orçamentária. Concordou com a fala do conselheiro Evandro sobre a importância de
644 cada unidade expor suas demandas e prioridades, de forma a minimizar erros no
645 planejamento. Compartilhou sua vivência anterior na Comissão de Orçamento, junto aos
646 conselheiros Roberto Perillo e Evandro Luiz, destacando o quanto os debates nesse âmbito
647 foram importantes para o entendimento das peças orçamentárias. Apontou, como exemplo, a
648 situação do *Campus* de Sinop e relembrou que, na última reunião do Conselho Diretor, foi
649 deliberada a redefinição da aplicação do saldo do projeto 3062002, inicialmente destinado à
650 implantação do centro de pesquisa no referido *campus*. Ao tentar prosseguir com sua
651 argumentação, foi interrompido, mas solicitou o direito de concluir sua fala, reivindicando
652 tratamento igualitário ao que foi dado aos demais conselheiros, sem controle de tempo de fala.
653 Retomando, explicou que o recurso de aproximadamente R\$ 2,5 milhões, que retornará ao
654 orçamento, já consta nas deliberações do Conselho Diretor, sendo destinado a itens como
655 aquisição de ônibus, despesas com os 55 anos da universidade, concessão de bolsas,
656 construção de galpão para bens inservíveis, reformas no auditório do ICS, publicações
657 científicas e realização de refeições de grau. Para o conselheiro, essas ações refletem as
658 prioridades da gestão e defendeu que, caso tais prioridades não possam constar no caderno
659 orçamentário, seria mais transparente para todos que se explicitasse com clareza o destino dos
660 recursos, inclusive de eventuais emendas ou suplementações futuras. Indagou se haverá, por
661 exemplo, alguma destinação para reformas no *Campus* de Sinop, uma vez que o recurso
662 originalmente vinculado ao CPIT retornará ao orçamento geral. Salientou que a definição de
663 prioridades auxiliaria na alocação de eventuais emendas parlamentares obtidas pela Reitoria.
664 Reforçou que a comunidade universitária precisa saber previamente como tais recursos serão
665 aplicados, diante da multiplicidade de problemas existentes. Comentou também sobre o
666 galpão de bens inservíveis e foi novamente interrompido pela presidência, que ponderou que
667 o projeto mencionado já fora resolvido no âmbito do Conselho Diretor, não sendo parte da
668 pauta em discussão. Ainda assim, o conselheiro destacou que se trata de recurso financeiro
669 que impactará o orçamento e cuja alocação deve ser previamente debatida. Foi então sugerida,
670 por conselheiro presente, a votação de um pedido de diligência, diante do esgotamento do
671 tempo e do acirramento da discussão, com a proposta de nova reunião dedicada
672 exclusivamente à análise do orçamento. Em resposta, o conselheiro Carlos Breda solicitou
673 respeitosamente que lhe fosse garantido o direito de concluir sua fala, destacando que ainda
674 tinha questionamentos relevantes a apresentar. Reforçou que o projeto mencionado, embora já
675 deliberado, está inserido na seção do caderno orçamentário que trata da redefinição de
676 recursos externos e, portanto, integra a peça orçamentária como uma possível suplementação
677 ou corte. Reiterou que, caso ocorra a entrada de recursos, é necessário ter clareza sobre como
678 eles serão utilizados. Passou, então, a indagar sobre critérios metodológicos para distribuição
679 de recursos voltados à capacitação de pessoal. Mencionou valores indicados no caderno
680 orçamentário, sob gestão da PROGEP, como R\$ 57.500 para ações de gestão de pessoas, R\$
681 120.000 para programa de gestão de competências, totalizando R\$ 177.500, além de R\$
682 40.000 para auxílio locomoção da CDH, todos constantes no apêndice da UGR 157.
683 Questionou quais serão os critérios para estimar e distribuir esses montantes entre as diversas
684 unidades e *campi* da UFMT, uma vez que o caderno não especifica a metodologia a ser
685 adotada. Em relação à contratação de estagiários, apontou que há previsão de R\$ 432.000 na



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

686 seção 4.2 do caderno, mas não há detalhamento sobre como será dimensionada a necessidade
687 de estagiários por *campus*, também não a distribuição percentual entre Sinop, Araguaia,
688 Várzea Grande e Cuiabá. Destacou a importância de haver critérios claros para garantir
689 equidade na alocação de recursos. Concluiu apoiando a sugestão do professor Evandro quanto
690 à possibilidade de a Reitoria encaminhar o caderno às unidades até o final da semana, para
691 que estas apresentem suas propostas até segunda-feira seguinte. Com base nesse retorno, a
692 Proplan poderia realizar uma nova adequação do documento, que seria então submetido à
693 votação em reunião extraordinária, garantindo mais justiça, participação e transparência no
694 processo orçamentário. Por fim, fez menção à fala da conselheira Ilce sobre a existência de
695 bolsas pagas a pessoas que não estariam executando projetos, ressaltando a gravidade da
696 situação e sugerindo que esse tipo de informação seja amplamente divulgado, como forma de
697 assegurar lisura na gestão de recursos públicos. Dando continuidade à reunião, a
698 coordenadora Ana Paula retomou alguns esclarecimentos já iniciados na reunião anterior,
699 reafirmando a correção do nome da Faculdade de Várzea Grande no quadro apresentado.
700 Explicou também que duas novas unidades — a Faculdade de Medicina Veterinária de Sinop
701 e o Instituto de Química de Cuiabá — não foram contempladas na matriz MIAR por terem
702 sido criadas no meio do ano, período no qual ainda não se dispunha de todos os dados
703 necessários para o cálculo dos indicadores e consequente alocação de recursos. Informou, no
704 entanto, que ambas as unidades já tiveram recursos garantidos, inclusive por meio de
705 encaminhamentos após a reunião do Consuni, destacando que o Instituto de Química
706 encaminhou processo e que, caso os recursos já aportados para aula de campo e MIAR não
707 sejam suficientes, será possível solicitar suplementação. Para o ano de 2026, informou que
708 esses institutos serão incorporados à matriz, uma vez que haverá dados para o cálculo. Em
709 seguida, comentou questionamento da conselheira Priscila Stella sobre a não inclusão da pós-
710 graduação no projeto de evasão, explicando que não poderia responder, sendo esta uma
711 atribuição da equipe responsável pelo projeto. Referente aos recursos do antigo NAI (núcleo
712 responsável pelo pagamento dos intérpretes de Libras), informou que, embora inicialmente
713 estivesse previsto o mesmo valor de 2024, com o corte da LOA houve uma redução. No
714 entanto, a execução está sendo acompanhada para evitar qualquer prejuízo aos intérpretes, e,
715 se necessário, haverá remanejamento para garantir a continuidade do serviço. Acrescentou
716 que, com o anúncio da recomposição orçamentária por parte do governo, há expectativa de
717 que os recursos do PENAES sejam recompostos, garantindo os intérpretes. Sobre os R\$
718 432.000 condicionados à arrecadação própria, esclareceu que se referem ao projeto para
719 pagamento de estagiários, sugerindo que a PROGEP se manifestasse, uma vez que o edital
720 dos estagiários foi elaborado por essa Pró-reitoria. Comentou ainda pontos levantados pelos
721 professores Evandro e Elton Brito, constantes no parecer da professora Ilce, quanto ao
722 estabelecimento de prioridades. Indicou que o caderno orçamentário de 2024 já trazia uma
723 lista elaborada pela Comissão Mista de Orçamento com sugestões para suplementação ou
724 recomposição, mas que o conselho tem autonomia para revisar ou alterar essa lista. Esclareceu
725 também que o caderno orçamentário, como nos anos anteriores, não traz detalhamento de
726 ações como a divisão de recursos da capacitação por *campus*, sendo essa definição de
727 responsabilidade das unidades gestoras. Foi então sugerido, por parte dos conselheiros, que os
728 esclarecimentos do projeto EUARE fossem antecipados, pois boa parte das discussões poderia
729 ter sido evitada caso esses pontos tivessem sido abordados desde o início. A coordenadora
730 Ana Paula indicou que os esclarecimentos referentes à verba de alimentação dos internos do
731 Hospital Universitário Júlio Müller, apontados pela conselheira Priscila, deveriam ser
732 respondidos pela Reitora Marluce. A Presidente esclareceu que a questão da alimentação foi
733 resolvida no ano anterior por ação solidária da gestão, diante do risco relatado pelos
734 estudantes de passarem fome, e que, embora a gestão do hospital seja feita pela EBSERH, a



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

735 UFMT atuou emergencialmente. No entanto, reforçou que essa verba deveria constar no
736 orçamento da EBSEH, e não da UFMT. A seguir, a servidora Sandra Jung respondeu
737 brevemente sobre o projeto, informando que a pós-graduação não foi contemplada na fase
738 atual, mas que há possibilidade de inclusão futura, em etapas posteriores, conforme a
739 evolução da proposta. Sobre a conselheira Priscila Stella, indicou que havia um entendimento
740 de que esta comunicaria, por e-mail, sua situação quanto à conclusão de curso e produção de
741 dissertação. O conselheiro Bruno Bernardo apresentou questão de ordem propondo a
742 suspensão da reunião, com retomada no dia seguinte, dado o adiantado da hora e a
743 importância de ouvir a equipe do projeto. Argumentou que o conselho votará sobre a alocação
744 de recursos ao projeto, e, portanto, os esclarecimentos são fundamentais. Houve discussão
745 sobre a possibilidade de ouvir mais um conselheiro ainda naquele dia. A presidente esclareceu
746 que as inscrições seriam mantidas para a próxima reunião, e que após a fala do próximo
747 conselheiro, seria deliberada a proposta de suspensão. Com a palavra, o conselheiro Eralci
748 Moreira Terézio dirigiu-se à Presidente Marluce, destacando o apreço pela sua dedicação e
749 paixão pela universidade, mas registrando que compartilhou da mesma indignação diante da
750 condução do processo em seu instituto, citando falta de transparência e indícios de acusações
751 indiretas. Defendeu que a universidade precisa superar as disputas eleitorais passadas e se
752 concentrar em seu fortalecimento institucional. Criticou o fato de que, mesmo com o
753 orçamento já aprovado no Congresso Nacional, o conselho ainda não tenha conseguido
754 deliberar a matéria com a devida clareza. Ressaltou a necessidade de sanar todas as dúvidas,
755 inclusive por meio de despachos formais das Pró-reitorias nos processos que tramitam, e
756 sugeriu que o processo seja analisado posteriormente com maior calma em reunião específica.
757 Finalizou afirmando que, apesar de divergências, mantém compromisso com a legalidade e
758 com o fortalecimento da UFMT. Com o tempo esgotado, a presidente encaminhou o
759 encerramento da reunião, mantendo as inscrições para a próxima sessão, a ser realizada no dia
760 seguinte 29/05/2025, às 13h30.

761 Sendo assim, a sessão foi encerrada às 18h30, nada mais havendo a ser dito e nem tratado, a
762 Presidente agradeceu a participação de todos e declarou encerrada esta sessão às dezoito horas
763 e trinta minutos, sendo lavrada esta ata por mim, Neila Barbosa de Oliveira Bornemann,
764 Secretária Geral dos Conselhos, que a escrevo e subscrevo, após lida e aprovada pelo plenário
765 do Conselho Universitário.

Neila Barbosa de O. Bornemann
N. Barbosa